



ESTUDOS DE GÊNERO:

MUDANÇAS E
PERMANÊNCIAS
NAS RELAÇÕES DE
PODER

Bruna Bejarano
Viviane Mocellin
(organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS

2020



ESTUDOS DE GÊNERO:

MUDANÇAS E
PERMANÊNCIAS
NAS RELAÇÕES DE
PODER

Bruna Bejarano
Viviane Mocellin
(organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS

2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof^ª Dr^ª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora Executiva:

Viviane Carvalho Mocellin

Organizadoras:

Bruna Bejarano

Viviane Carvalho Mocellin

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^ª Dr.^ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba

Prof.^ª Dr.^ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof.^ª Dr.^ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^ª Dr.^ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Prof.^ª Dr.^ª Elvira Laura Hernández Carballido, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México

Prof.^ª Dr.^ª Emilas Darlene Carmen Lebus, Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina

Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Prof.^ª Dr.^ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^ª Dr.^ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College, USA

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros



Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E82 Estudos de gênero [recurso eletrônico] : mudanças e permanências nas relações de poder / Organizadoras Bruna Bejarano, Viviane Carvalho Mocellin. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-21-7

DOI 10.37572/EdArt_217281120

1. Igualdade – Gênero – Brasil. 2. Mulheres – Condições sociais.
I. Bejarano, Bruna. II. Mocellin, Viviane Carvalho.

CDD 305.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

A coletânea “**Estudos de gênero: mudanças e permanências nas relações de poder**” surgiu da sugestão de autores de variadas áreas do conhecimento que se dedicam à compreensão de como as relações de poder que se estabelecem socialmente entre “masculinidades” e “feminilidades” influenciam praticamente todos os aspectos da vida.

Dados do *World Economics Forum* (Forum Econômico Mundial), publicados em dezembro de 2019, demonstram que, globalmente, ao ritmo atual, serão necessários aproximadamente 100 anos para que se alcance a igualdade de gênero, que é um direito fundamental essencial para a consolidação dos Direitos Humanos. Por outro lado, os dados também apontam que a desigualdade é fator de atraso econômico e social, e que os países com maior igualdade de gênero são também os países com maior IDH: Islândia, Noruega, Finlândia e Suécia lideram a lista dos países com maior paridade.

No relatório, o Brasil aparece na 92^a no ranking global, e ocupa a 22^a posição entre os 25 países da América Latina e do Caribe. Ou seja, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda há um longo caminho a percorrer, razão pela qual decidimos coordenar a elaboração de um livro dedicado aos diversos modos como os papéis e características atrelados ao gênero ainda são fator de desequilíbrio no acesso à vida política, à participação econômica, ao direito à saúde e educação, enfim, ao lugar social das pessoas.

É uma honra para nós, da Editora Artemis, podermos presentear o leitor com uma coletânea com textos em português, espanhol e inglês, de autores de diversos países, incluindo Argentina, Colômbia, México e Peru, sobre como as práticas sociais que atribuem papéis e identidades distintos a seus diferentes membros estão ligadas às relações de poder e desigualdade.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Bruna Bejarano
Viviane Carvalho Mocellin

SUMÁRIO

CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

CAPÍTULO 1 1

PERFORMATIVITY AND SEXUAL DIVERSITY IN CONTEMPORARY COLOMBIAN TELEVISION

[William Alexander Medina Mendez](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811201

CAPÍTULO 2 21

VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA WEB: REPRESENTACIONES DE INVISIBILIZACIÓN DE LAS MUJERES INMIGRANTES EN ESPAÑA

[Osbaldo Turpo Gebera](#)

[Rocío Marivel Díaz Zavala](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811202

CAPÍTULO 3 39

VIOLÊNCIAS CONTRA LAS MUJERES EN LAS RELACIONES DE PAREJA EN MÉXICO

[Ignacio Medina Núñez](#)

[Adriana Medina Villegas](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811203

CAPÍTULO 4 67

IDEALES NORMATIVOS Y DESAFÍOS REALES DEL ACCESO A LA JUSTICIA PARA LAS MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA

[Carolina Stivala Loza](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811204

CAPÍTULO 5 83

DIREITOS TRANSGÊNEROS E DESPATOLOGIZAÇÃO: QUAL É A RELAÇÃO?

[Beatriz Pagliarini Bagagli](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811205

CAPÍTULO 6 95

HIGIENIZANDO MERETRIIZES: TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DE UM MANUAL DE CONDUTA SANITÁRIA PARA CASAS DE PROSTITUIÇÃO (1839)

[Heloísa Raquel da Silva](#)

[Christian Fausto Moraes dos Santos](#)

[Gessica de Brito Bueno](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811206

(DES)IGUALDADE DE GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO

CAPÍTULO 7 104

MUJERES PERIODISTAS EN GUADALAJARA. ENTRE LA PRODUCCIÓN DE LA NOTICIA Y LAS CUESTIONES DE GÉNERO

[Elvira Hernández Carballido](#)

DOI 10.37572/EdArt_2172811207

CAPÍTULO 8 115

INSERCIÓN DE MUJERES EN POSICIONES JERÁRQUICAS EN FUERZAS DE SEGURIDAD

María Eugenia San Martín

DOI 10.37572/EdArt_2172811208

CAPÍTULO 9 128

LAS MUJERES EN LA RURALIDAD DE LAS COMUNIDADES ORIGINARIAS DE 25 DE MAYO, SAN JUAN, ARGENTINA

Gabriela Tomsig

Enzo Aciar

Gabriela Carabajal

DOI 10.37572/EdArt_2172811209

EDUCAÇÃO PARA A CONSCIÊNCIA E A IGUALDADE DE GÊNERO

CAPÍTULO 10 135

LA INVESTIGACIÓN APLICADA; UNA ALTERNATIVA PARA LA GENERACIÓN DE CONOCIMIENTO EN EL ABORDAJE DIDÁCTICO DEL GÉNERO

Juan Manuel Guel Rodríguez

DOI 10.37572/EdArt_21728112010

CAPÍTULO 11 152

MUJERES DIALOGANDO: COMUNICACIÓN PARTICIPATIVA COMO DISPARADOR PARA LA TOMA DE CONCIENCIA

Diana López Magaña

DOI 10.37572/EdArt_21728112011

EMPODERAMENTO FEMININO

CAPÍTULO 12 161

AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO FEMININO NO CONTEXTO DA FEIRA DE BASE AGROECOLÓGICA-CULTURAL DA UFPI

José Renan Nunes de Oliveira e Silva

Marlúcia Valéria da Silva

DOI 10.37572/EdArt_21728112012

CAPÍTULO 13 168

FUTEBOL FEMININO E PEÇAS PUBLICITÁRIAS: ANÁLISE DE CAMPANHAS PUBLICADAS DURANTE A COPA DO MUNDO DA FIFA EM 2019

Carolina Bortoleto Firmino

Érika Alfaro de Araújo

DOI 10.37572/EdArt_21728112013

CAPÍTULO 14 182

EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DE MULHERES EMPREENDEDORAS DE SINOP/MT

Elda Lopes de Queiroz

Michele Jackeline Andressa Rosa

Angela Ester Mallmann Centenaro

DOI 10.37572/EdArt_21728112014

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 201

ÍNDICE REMISSIVO 202

MUJERES DIALOGANDO: COMUNICACIÓN PARTICIPATIVA COMO DISPARADOR PARA LA TOMA DE CONCIENCIA

Data de aceite: 02/11/2020

Data de submissão: 09/09/2020

Diana López Magaña

Universidad Iberoamericana Puebla

Corazón del Barrio

Puebla, México

<https://orcid.org/0000-0002-7793-5539>

WOMEN IN DIALOG: PARTICIPATORY COMMUNICATION AS A TRIGGER FOR AWARENESS

ABSTRACT: A case where participatory communication helps awareness and political participation of a group of women in a process of non-formal education in the state of Puebla, Mexico is shown. The aim is to show how dialogue promotes awareness, political participation and building a more equitable society. The Ekman and Amna's typology to refer levels of political participation of women attending this working group is introduced.

KEYWORDS: Dialogue; non-formal education; awareness; political participation; women.

MULHERES DIALOGANDO: COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA COMO UM GATILHO PARA A CONSCIÊNCIA

RESUMO: Um caso em que a comunicação participativa ajuda a conscientização e participação política de um grupo de mulheres em um processo de educação não formal no estado de Puebla, no México é mostrado. O objetivo é mostrar como o diálogo promove a conscientização, a participação política ea

RESUMEN: Se presenta un caso de estudio donde la comunicación participativa ayudó a la toma de conciencia y la participación política de un grupo de mujeres en un proceso de educación no formal en el estado de Puebla, México. El objetivo es evidenciar cómo el diálogo promueve la toma de conciencia, la participación política y fomenta la construcción de una sociedad más equitativa. Se introduce la tipología de Ekman y Amna para referir los niveles de participación política de las mujeres que acuden a este grupo de trabajo.

PALABRAS CLAVE: Diálogo; educación no formal; toma de conciencia; participación ciudadana; mujeres.

construção de uma sociedade mais justa. O tipo de Ekman e Amna para correlacionar os níveis de participação política das mulheres que frequentam este grupo de trabalho é introduzido.

PALAVRAS CHAVE: Diálogo; educação não- formal; sensibilização; participação cidadã; mulheres.

1 | INTRODUCCIÓN

En México, como en muchos países de Latinoamérica, la situación social es complicada, llena de desigualdad y contrastes. Los bajos niveles de bienestar, el desinterés de las políticas públicas hacia los problemas inminentes, sumado a la crisis socioeconómica y el crecimiento de la violencia, han fomentado la formación de grupos de la sociedad civil que trabajan en propuestas locales, para contribuir a modificar las condiciones de inequidad en que se encuentran y buscar el reconocimiento de sus derechos o generar acciones que mejoren su vida.

Un caso específico es el de las mujeres. Este grupo, que es más de la mitad de la población, vive condiciones de desventaja comparadas con los hombres. El trabajo doméstico y de cuidados representa un valor mayor aportado al PIB que cualquier otra actividad económica pero al ser trabajo no remunerado se invisibiliza (INMUJERES, 2015). La relación de mujeres trabajadoras con Seguridad Social es la mitad de la de los hombres (CONEVAL, 2013). En México, el 47% por ciento de las mujeres ha sufrido algún incidente de violencia por parte de su pareja (esposo, ex-pareja, o novio) durante su última relación (INEGI, 2011). A esto se suma la violencia laboral, comunitaria, y patrimonial.

Inspiradas en herramientas de la comunicación participativa (CP), buscando generar procesos dialógicos horizontales, un grupo de mujeres lesbianas en la ciudad de Puebla nucleadas por El Taller A.C. (ETAC), ha iniciado un proceso llamado “La Escuelita Feminista” (LEF) con la intención de sensibilizar, concientizar y politizar a las asistentes desde una postura Lesbofeminista. Las asistentes a esta experiencia de educación no formal fueron el grupo con el que realicé una investigación entre 2015 y 2017.

En este artículo hablaré de los procesos de comunicación, centrados en el diálogo, como herramienta fundamental para la toma de conciencia, el acuerdo y la acción de mujeres que se fueron politizando en busca del cambio social para beneficio de las mujeres. Estos cambios se ven reflejados en acciones medibles de acuerdo con la propuesta de Ekman y Amna.

Estudiar este caso es relevante, pues muchas experiencias similares están ocurriendo en el país y el continente. No solo he conocido experiencias de educación no formal para grupos de mujeres, sino de la diversidad sexual, de ecologistas, de ciclistas urbanos, etc., todos ellos con prácticas basadas en comunicación participativa y con miras a tener una mejor sociedad. Hasta el momento, no he encontrado mucha literatura al respecto, de

aquí la necesidad de ser estudiado.

2 | DESCRIPCIÓN DEL CASO

En el estado de Puebla, los feminicidios se han incrementado de modo vertiginoso: entre 2015 y 2016, años en que documenté mi estudio, habían aumentado 60%. Desde enero de 2013 hasta el 11 de abril de 2016, se habían registrado 187 casos (ODESYR, 2016). Los números de asesinadas siguen en aumento tras haber finalizado el estudio y hasta el momento de la pandemia por Covid (en septiembre de 2020, cuando realice los ajustes de este artículo), seguían en aumento. Los niveles de violencia de género, incluida la económica, la simbólica, la psicológica, el acoso, la física, etc., son sumamente altos en México y el nivel de impunidad también.

Una de las respuestas a esta situación de violencia e inequidad es el surgimiento de grupos de mujeres y de feministas, entre los que se encuentra ETAC, que tiene 11 años constituido. Este grupo está centrado en la promoción de derechos de las mujeres, derechos sexuales y reproductivos, alto a los feminicidios, violencia de género y diversidad sexual. Sus propósitos son la incidencia directa en la sociedad, la sensibilización en temas de género, y la formación de activistas, desde una visión Lesbofeminista radical (son trans excluyentes y separatistas). Hacen trabajo directo con mujeres, forman grupos articulados a sus ejes de trabajo y redes con otras organizaciones.

Desde 2012, ETAC inició unos programas de educación no formal llamados: “La Escuelita Feminista” (LEF). Convocan a mujeres de distintas edades, procedencias y niveles de formación. Se reúnen para dialogar y aprender juntas, sociabilizar sus problemas e intentan hacer análisis de la opresión de la que son sujetas. ETAC mostraba que su finalidad es generar conciencia y que esto produzca mayor participación ciudadana y política de las mujeres. Ellas utilizan formatos como mesas de diálogo, círculos de reflexión, exposiciones, dinámicas vivenciales, etc.

Programas similares se están produciendo en otros estados de México como La Escuela de Ímpetu A.C., La Escuelita de las Mujeres de la Castilla Combativa, y La Escuela para la Libertad de las Mujeres de DDHPO.

3 | DISCUSIÓN

La indagación que hice analiza las resonancias de LEF en sus asistentes, en términos de las modificaciones de sus modos de pensar y actuar, como resultado de un proceso que busca su toma de conciencia y politización. En ella, se analizaron los cambios en las asistentes y se relacionarán con niveles de participación ciudadana y política, como consecuencia de la experiencia. Así que escribiré brevemente de las características deseables en un ejercicio de comunicación participativa o de educación no formal, y

después de la escala de Ekman & Amna donde puede verse el nivel de participación ciudadana y política de las asistentes a LEF.

3.1 Proceso Dialógico como centro de la Comunicación Participativa

De acuerdo con Waisbord, la característica de la CP es que se basa en la interacción dialógica entre personas para solucionar problemas de la comunidad (Waisbord, 2002). Dentro de las características que son parte de la CP, referiré tres que considero relevantes para analizar experiencias de educación no formal. Durante mi observación en LEF, también noté que estas eran de las que se fomentaban, aunque no siempre se lograban.

- Horizontalidad: Freire dice que el proceso de enseñanza-aprendizaje y el diálogo “no puede hacerse desde arriba hacia abajo, como una donación o una imposición, sino desde adentro hacia afuera, por el propio analfabeto y con la simple colaboración del educador” (Freire, 1997, pág. 108).
- Confianza: para que haya una relación horizontal abierta, se necesita desarrollar confianza en el grupo y entre los interlocutores. Para que la comunicación sea un diálogo, se necesita que haya libertad para que se favorezca “la identidad cultural, la confianza y el compromiso” (Waisbord, 2002, pág. 19).
- Participación activa: el enfoque de Freire ha sido llamado “pedagogía dialogal” y tiene como principios fundamentales la equidad en la distribución y la participación activa de los sectores populares. Este autor decía que la comunicación debía dar un sentido de propiedad a los participantes al compartir y reconstruir sus experiencias (Waisbord, 2002).

El problema que he visto en distintos grupos que se suponen dialógicos, incluido ETAC, es que cuando el diálogo no es libre y crítico, puede volverse un espacio de adoctrinamiento, cosa contraria a lo que fomenta la comunicación participativa. Ahondando en el tema: hay un alto riesgo de que, si no se fomenta la propuesta libre de ideas, la discusión para fomentar el análisis, el desarrollo del pensamiento crítico, el cuestionamiento de las certezas y cuando no se fomenta y respeta la disidencia, entonces, muchos espacios de educación no formal acaban siendo contrarias a lo que dicen ser: crean a individuos adoctrinados de acuerdo a los valores y la moral de los organizadores y no a seres pensantes libres y comprometidos.

3.2 Toma de conciencia, participación ciudadana y politización

Una de las intenciones principales de LEF es generar mujeres conscientes de su situación de desigualdad de género. Dice Freire, respecto a la educación popular, que: “una de sus preocupaciones básicas debe ser la profundización de la toma de conciencia, que se opera en los hombres, cuando actúan, cuando trabajan” (Freire, 1984, pág. 87). La concienciación es una herramienta para descubrir y estar alerta de un mundo donde la dominación se ha perpetuado, y se encuentra oculta por los opresores; por esto, la concienciación es un aspecto crítico de la persona, la comunidad y en general el mundo, para que los oprimidos empiecen a participar en el proceso de cambio social (Sung Sang, Y, 2007).

En el caso que estudié, que una asistente sea consciente de que es un sujeto oprimido, es un proceso complejo y no forzosamente la lleva a modificar sus relaciones sociales cercanas (familiares o de pareja) de modo inmediato. Pero no ver resultados inmediatos no debe minimizar su importancia. Por esto, me interesa introducir una tipología construida por Ekman y Amna, sobre la participación popular, donde se muestra el nivel de involucramiento y compromiso ciudadano.

Para los autores, la participación política tiene que ver con los deseos de los ciudadanos ordinarios de influenciar la política y sus resultados en una sociedad, o las decisiones que afectan los asuntos públicos (Ekman, J. & Amna, E., 2012). Estos son los niveles de participación que tipifican:

- a. Participación ciudadana- participación latente: son las acciones que pueden ser clasificadas de modo directo como participación política (no forzosamente partidista). Estas actitudes tienen potencial político y son una forma de compromiso social. Hay dos tipos:
 - Involucramiento social: la forma de participación más baja que consiste en estar atento a algunos temas. Puede ser: interesarse por la política y los temas sociales, pertenecer a un grupo con enfoque social, adscribirse a una postura que desarrolle una identidad colectiva (música, ropa, estilo de vida, etc.), identificarse con algún partido político (sin ser militante o miembro de este).
 - Compromiso ciudadano: involucramiento que se muestra en acciones. Son actividades que ciudadanos realizan para influir en las circunstancias sociales y que son importantes fuera de su núcleo familiar. Ejemplos: ejecutar actividades motivados por interés en los problemas políticos y sociales, escribir a un periódico, dar dinero a la caridad, discutir temas sociales, leer o ver noticieros con contenido político, reciclar, hacer trabajo voluntario para la comunidad, etc.
- b. Participación política: es cuando hay una manifestación de los pensamientos y posturas de modo público. Presentan dos niveles:
 - Participación política formal: acciones dirigidas a influenciar las decisiones gubernamentales, con fines políticos. Esto incluye: votar (o no), participar en referendos, protestar contra el orden político, demostraciones por insatisfacción política, escribir a representantes políticos para influir en la agenda, lanzarse a puestos o cargos de servicio público, donar dinero a algún partido. También ser miembro de un partido político, una asociación de comercio, o alguna organización con agenda política como son los grupos de derechos humanos, por la paz, o ambientalistas.
 - Activismo: son las actividades y manifestaciones extra parlamentarias en las que los ciudadanos ordinarios pueden influenciar directamente a las personas en el poder. Dentro del marco legal se agrupan las acciones de participación o demostraciones, a favor o en protesta de algún hecho que afecta a la sociedad. Este tipo de participación ha sido bien acogido por jóvenes, la participación en grupos conectados genera la sensación de “hacer algo” y una oportunidad personal para tomar postura y hacer la diferencia.

Puede participarse firmando peticiones, distribuyendo panfletos, sumándose al boicot de algún producto por temas ideológicos, éticos o ambientales, asistir a acciones, protestas, demostraciones, huelgas, festivales, etc. convocadas por grupos de mujeres por sus derechos, organizaciones pro animales, o pro justicia global, etc.

Dentro de la investigación que realicé, uno de los aspectos que me interesó fue mostrar que ETAC ha fomentado en las asistentes de LEF empiecen a participar de modo más activo, en la ciudad de Puebla y a hacer escuchar sus voces. Ellas están tratando de formar activistas lesbofeministas, por lo que me pareció relevante recuperar experiencias de las asistentes que son ejemplo para distintos niveles de los mencionados por Ekman y Amna. Las asistentes de LEF han empezado a: interesarse por leer páginas de internet y difundir información relacionada a género y violencia en sus redes sociales, asistir a foros y círculos de discusión de temas relacionados con algunos tipos de feminismos; participar en marchas y manifestaciones públicas para demandar justicia, alto a los feminicidios y a favor de la despenalización del aborto; participar en obras de teatro en calles o espacios públicos para concientizar a otros de la opresión de las mujeres o la discriminación sexual (siendo que ETAC es dirigido por lesbianas, el tema es muy relevante para ellas); ser ponentes en foros o ruedas de prensa para denunciar abusos y omisiones del Estado; hacer clausura simbólica del Congreso local cuando hacen una ley que va contra las exigencias de grupos de mujeres, etc.

Muchas de las mujeres que han sido asistentes de LEF han formado un grupo constante de mujeres que marchan y denuncian los feminicidios y la omisión del Estado en solucionar los casos de violencia contra las mujeres.

También LEF en alguno momento hizo medios para comunicar sus ideas a más personas, que pueden ser considerados medios ciudadanos desde el enfoque de Clemencia Rodríguez (Rodríguez, 2009): un fanzín lesbofeminista (sólo sacaron un número); un grupo de teatro invisible (que hizo algunas actividades para evidenciar la discriminación a las lesbianas en restaurantes) y un grupo de teatro de las oprimidas (que ocasionalmente presenta alguna obra donde la directora, la escritora y la actriz principal son, en la mayoría de los casos, las organizadoras de ETAC).

4 | REFLEXIONES

El potencial del diálogo en grupos pequeños, para sociabilizar y compartir experiencias es muy alto. Cuando las mujeres se dan cuenta de que lo que les pasa no es exclusivo de ellas, sino un patrón que le ocurre a la mayoría, entienden que hay una lógica causal de su problema. Empiezan a hacer análisis de la realidad que les permita darse cuenta de los problemas y sus causas, así como esbozar posibles soluciones. Pero si bien el diálogo y la CP pueden incidir en grupos organizados, tiene límites de los que es importante estar

conscientes:

- El diálogo con la sociedad en general

La manera de comunicar las ideas de un grupo organizado a la sociedad civil resulta complicada. ¿Cómo mostrar a la comunidad local que los temas que se analizan y dialogan en LEF son importantes?, ¿Cómo invitar a la sociedad a participar en diálogos similares?, ¿Cómo fomentar la toma de postura más allá de las paredes del local de ETAC?, ¿Cómo desde una postura separatista donde no se dialoga con los hombres, se puede llamar a construir un espacio de equidad para todos? Todas esas son interrogantes que hace falta resolver, para generar conciencia en la sociedad y que las demandas por una vida más equitativa puedan lograrse.

- El diálogo con el poder

En general, los grupos en el poder político no hacen caso de los reclamos sociales sobre sus omisiones o sobre la falta de tutela de los derechos que les corresponden hasta que sienten presión. Es hasta que se da una manifestación política o mediática sobre un tema cuando ellos hacen caso de las demandas, o se abren al diálogo. Esto sigue siendo un gran reto. Una propuesta para favorecer esto puede ser la creación de medios ciudadanos, el *media advocacy* para incidir en la esfera pública y hacer alianza con otros grupos para tener actividades coordinadas, demandas unificadas y mayor impacto.

- El diálogo con los pares: las otras mujeres

Siendo que dentro de los movimientos y luchas de mujeres existen tantas posturas, las propuestas que se fomentan desde el Lesbofeminismo radical, no son bien aceptadas por todas las mujeres, incluso, de muchas que se autodenominan feministas. Hay muchas diferencias entre las posturas separatistas y trans-excluyentes de ETAC con otros grupos de mujeres organizadas en Puebla, por lo que el diálogo con otras organizaciones es difícil. Si bien las asistentes a LEF son formadas de acuerdo con una visión del lesbofeminismo, muchas de ellas se conflictúan con algunos de los preceptos que les enseñan, y deciden dejar esa postura al acabar su paso por LEF y acercarse a otros grupos que coinciden mejor con sus visiones de las luchas de las mujeres.

- Conciencia crítica VS adoctrinamiento

Un riesgo para este tipo de programas de educación no formal es que, en lugar de fomentar el desarrollo crítico, se vuelva un espacio de adoctrinamiento. Es decir, en lugar de llegar a acuerdos y conclusiones que acepten y valoren la diversidad, se usen los programas de enseñanza no formal como un lugar para estandarizar opiniones y sancionar al diferente. Me parece que esto fue el problema más constante que percibí durante mi estudio. Algunas asistentes se quejaron de que les querían imponer algunas ideas y que no se sentían en libertad total para hablar de lo que no estaban de acuerdo. Tal vez aprender a tener ejercicios dialógicos horizontales sea el reto más grande para todos.

5 | CONCLUSIONES

En un momento en el cual se supone que todo el mundo está conectado al Internet, la comunicación dialógica y personal sigue siendo un excelente modo para lograr conciencia, politización y acciones. A medida que los grupos pequeños o minoritarios, a través de prácticas de CP y de acciones colectivas puedan ir afianzándose, tendrán mayor incidencia y repercusión social. Los medios de comunicación masivos pueden ser usados como una extensión para llevar las ideas generadas en estos grupos, pero difícilmente lo serán para fomentar el diálogo y el acuerdo.

Experiencias de educación no formal como LEF pueden ser útiles para facilitar la toma de conciencia y la participación ciudadana. Si bien los cambios de actitudes y comportamiento no son inmediatos, se evidencia que este proceso generó acciones visibles de participación política en las asistentes tras su paso por el programa. La tipología planteada por Ekman y Amna es útil para mostrar los niveles de participación ciudadana y política a partir de observar actitudes y acciones de los ciudadanos, grupos y organizaciones, convertidas en indicadores concretos.

Si bien ETAC se inspiró en metodologías de educación popular, buscando que sus sesiones fueran dialógicas, participativas y horizontales, cuando terminé el estudio, ellas confirmaron que no se apegaban a esas metodologías, sino que se habían inspirado ahí, pero ya no usaban esas técnicas.

Comprender de modo más profundo y entrar al detalle de las modificaciones en los modos de pensar y actuar de las asistentes, los conflictos y las maneras en que cada una fue tocada por LEF, es más complejo. Ese análisis está reflejado en la investigación que hice llamada “Cambió mi vida: modificaciones en la subjetividad y los discursos de algunas mujeres tras una experiencia de Educación Popular feminista”. Más allá de las cuestiones meramente cuantitativas, ahí profundizo sobre los cambios en los discursos de las asistentes, por si el lector deseara ahondar en el tema (López Magaña, 2017).

Actualmente, muchos grupos similares están surgiendo, modificando las maneras de socializar y de generar una ciudadanía más participativa. De ahí la relevancia de empezar a documentar y compartir estas experiencias.

REFERENCIAS

CONEVAL. (1 de October de 2013). *Pobreza y género en México: Hacia un sistema de indicadores información 2008-2012. Síntesis ejecutiva*. . Obtenido de Concejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social CONEVAL: <http://www.coneval.gob.mx/Informes/Pobre>

Ekman, J. & Amna, E. (2012). Political participation and civic engagement: towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283–300.

Freire, P. (1984). *¿Extensión o comunicación?* Mexico: Siglo XXI.

Freire, P. (1997). *La educación como práctica de la liberación* (45 ed.). México, México: Siglo veintiuno editores.

INEGI. (2011). *Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares ENDIREH*. Obtenido de Instituto Nacional de Estadística y Geografía: <http://www3.inegi.org.mx/sistemas/microdatos/encuestas.aspx?c=33531&s=est>

INMUJERES. (3 de Junio de 2015). *Trabajo no remunerado realizado por las mujeres impide su participación en las actividades económicas y contar con ingresos propios*. Obtenido de <http://www.gob.mx/inmujeres/prensa/trabajo-no>

López Magaña, D. (2017). *Cambió mi vida: modificaciones en la subjetividad y los discursos de algunas mujeres tras una experiencia de educación popular feminista*. Research Tesis, Universidad Iberoamericana Puebla, Comunicación y Cambio Social, Puebla. Obtenido de <https://repositorio.iberopuebla.mx/handle/20.500.11777/4516>

ODESYR. (14 de Abril de 2016). *Observatorio de derechos sexuales y reproductivos*. Obtenido de <https://es.scribd.com/doc/206810164/Femicidios-en-Puebla-al-14-de-abril-de-2016>

Rodríguez, C. (2009). De medios alternativos a medios ciudadanos: trayectoria teórica de un término. *Folios. Revista de la facultad de Comunicación de la Universidad de Antioquia*, 13-25.

Sung Sang, Y. (2007). Freirean legacies in popular education. *KEDI Journal of Education Policy*, 73- 94.

Waisbord, S. (2002). *Arbol genealógico de teorías, metodologías y estrategias de comunicación para el desarrollo*. (F. Rockefeller, Ed.) New York, New York, USA. Obtenido de http://www.wuranga.com.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=81:arbol-genealogico-de-teorias-metodol

SOBRE AS ORGANIZADORAS

BRUNA BEJARANO - Bacharel em Ciências da Comunicação - Jornalismo (2012) e Bacharel em História da Arte (2018), ambos pela Florida International University (Miami) e Mestre em Educação para as Artes pela Florida University (Gainesville). Tem mais de 10 anos de experiência profissional como comunicadora de massa, apoiando e coordenando uma ampla variedade de atividades relacionadas à mídia e marketing em empresas como Baptist Health South Florida, Grupo KSG, GMG Marketing Company, Museu Rubell e Borboleta Music. É Diretora de Criação da Coffee Table Productions e Editora de Arte da Editora Artemis.

VIVIANE CARVALHO MOCELLIN - Mestre em Engenharia da Produção com ênfase em Recursos Humanos e Psicologia Organizacional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em Gestão Industrial (UTFPR). Graduada em Psicologia (Universidade Internacional da Flórida), Direito (PUC-PR) e Letras Português-Inglês (UTPR). Atualmente, é sócia-administradora da empresa Mocellin Assessoria Pedagógica Ltda. e Editora Executiva da Editora Artemis.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acceso a la justicia 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 81, 82
Agricultura familiar 128, 129
Audience 1, 2, 6, 7, 14, 16, 19

B

Biological determinism 3, 4

C

Campanhas publicitárias 168, 174, 175, 179
Casas de prostituição 95
Conduta sanitária 95
Copa do mundo de futebol feminino 2019 168
Corpo feminino 95, 97, 98, 101, 103, 169
Cultural industry 6

D

Derecho 27, 29, 46, 49, 55, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 106, 122
Derechos civiles y políticos 71
Desigualdades de gênero 161
Despatologização 83, 86, 89, 90, 92, 93, 94
Diálogo 148, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 191
Dimensões sociais do esporte 168, 170, 180
Direitos transgêneros 83
Discurso informativo 21, 31

E

Educación 30, 65, 66, 73, 104, 106, 127, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160
Educación no formal 148, 152, 153, 154, 155, 158, 159
Empoderamento 161, 163, 164, 165, 167, 179, 180
Empreendedorismo feminino 182, 183, 186, 198, 199
Equality 3, 136
Estructura agraria 129
Extensão universitária 161

F

Fuerzas de seguridad 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122

Futebol feminino 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180

G

Gender 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 45, 65, 82, 83, 93, 94, 115, 127, 136, 161, 162

Generación de conocimiento 135, 138

Género 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 46, 47, 50, 59, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 104, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 157, 159

Gênero 2, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 102, 150, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 180, 181, 185, 189

Gestão feminina 182, 188

I

Igualdad de género 41, 42, 44, 46

Inequality 4, 7, 11, 45, 65, 82

Investigación aplicada 135, 138, 151

Invisibilización discursiva 21

M

Marginalidad informativa 21

Medicina 83, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 97, 98, 101, 102, 103, 169

Mujeres 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160

Mujeres víctimas 30, 35, 65, 67, 77, 79

Mujer inmigrante 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

Mulheres 87, 88, 90, 97, 98, 102, 152, 153, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Mulheres empreendedoras 182, 183, 184, 186, 187, 188, 194, 195, 196, 198, 199

P

Participación ciudadana 152, 154, 155, 156, 159

Performativity 1, 2, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 19
Periodismo 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 113, 114
Periodistas 35, 36, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113
Posiciones jerárquicas 115, 116, 119, 121, 124
Práticas agroecológicas 161, 165
Pueblos originarios 129, 133

R

Regulation of bodies 8

S

Saúde 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 165, 169, 170, 171, 191, 195, 196
Sexual diversity 1, 2, 5, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19
Social construction 3, 4
Stereotypes 1, 2, 5, 7, 11, 136

T

Television 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20
Toma de conciencia 23, 41, 59, 62, 81, 131, 148, 152, 153, 154, 155, 159
Transgeneridade 83

V

Vida en pareja 39, 47, 62
Violencia de género 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 46, 59, 64, 66, 73, 79, 117, 141, 148, 151, 154
Violencia familiar 39, 47, 48, 50, 54, 64, 66, 78, 82



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**